

O MOVIMENTO DA INDEPENDÊNCIA
NA BAHIA.
(Aspectos Sócio-Econômicos).

PINTO DE AGUIAR

A leitura da documentação de caráter econômico-financeiro, ainda pouco conhecida, relativa à luta pela emancipação nacional, travada e sustentada na Bahia, durante todo um ano, de 25 de junho de 1822 a 2 de julho de 1823, e na qual chegamos a por em armas cerca de 15.000 homens, indica que constituiu-se ela, na realidade, em um movimento de entusiástica e geral mobilização dos habitantes da Província, desde os evadidos da capital até os chegados das vilas sertanejas, mas sobretudo do Recôncavo, dando cada um, em prol da vitória, aquilo que podia, mesmo ofertas comovedoramente humildes e espontâneas, de gêneros e mercadorias, evidenciando que a campanha foi eminentemente popular.

Franklin Américo de Menezes Dória, futuro Barão de Loreto, nascido na Bahia em 1836, que teria colhido ainda bem viva a tradição oral dos combates da campanha, da qual participaram seus familiares, pois o Capitão João Francisco de Menezes Dória comandava a resistência na Ilha dos Frades, retrata bem este caráter do movimento.

“Tínhamos carência absoluta de armas e munições de guerra, mas os senhores de engenho supriram em parte esta falta: fizeram arrancar as peças de bronze empregadas nas suas fábricas e montá-las em carretas, assim como fundir em projéteis o ferro e cobre e o chumbo de suas máquinas e aparelhos industriais. Sucedeu muitas vezes que as balas arremessadas pelos canhões das barcas portuguesas contra os defensores da ilha de Itaparica foram por mulheres e crianças extraídas da areia da praia, onde se enterravam, e recambiadas pelos nossos artilheiros no meio de um nutrido fogo” (1).

(1). — Dória (Franklin Américo de Menezes), *A Guerra da Independência na Bahia*, Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, nº 46 pág. 279, Imprensa Oficial Bahia, 1920.

Este caráter popular das forças militares baianas é ressaltado por quantos versaram o assunto.

Os nomes daqueles que participaram do movimento, sempre que citadas as suas profissões, indicam uma predominância numérica de artífices, pequenos comerciantes, burocratas, profissionais liberais, cléricos, etc.

Não menor foi a participação do elemento de cor.

Acioli, nas suas *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*, depõe:

“O recrutamento era em geral composto de gente vulgarmente chamada de cor, a qual sempre se portou em todas as ocasiões com um valor remarcavel e foi por conhece-lo que (Labatut) pediu ao Juiz de Fora das Vilas de Santo Amaro e São Francisco, José Pinheiro de Vasconcelos, em officio de 28 de fevereiro de 1823, fizesse com que os proprietários daquelas Vilas concorressem em ajuda da pátria, libertando os seus escravos pardos, para com eles formarem dois batalhões de libertos” (2).

Em officio dirigido em 16 de abril de 1823 a José Bonifácio, o Conselho Interino, manifestou-se contra a proposta, por julgar que sendo

“estas classes as que menos tem que perder, e menos laços sociais, são as mais aptas para sustentarem empresas arrojadas e tresloucadas, mais subversivas” (3).

Contudo, conforme consta do mesmo officio, já então Labatut organizara um batalhão de libertos, sem dúvida aquele 3º Batalhão de Caçadores, a que se refere Manuel Querino

“cuja bravura, por vezes, salientou o General Labatut, em seus officios” (4).

Corpos como os encourados, ou couraças, do Pedrão, recrutados nas vendas e caatingas do nordeste baiano, na maioria pardos, e os Ceroulas,

(2). — Acioli (Inácio), *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*. Vol III, Imprensa Oficial, Salvador, 1931.

(3). — Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, nº 48, pág. 49, Bahia, 1923.

(4). — Querino (Manuel), *Notícia Histórica*, *Idem* pág. 83.

“multidão de voluntários que, sem armas, sem fardamento, maltrapilhos e em roupas sumárias... pediam apenas uma ocasião de servir à Pátria, preenchendo claros...” (5).

na bela expressão de Afrânio Peixoto, criaram evidência pela sua organização segregada, mas a base das forças locais era, sem dúvida, constituída de gente do povo.

Não é outro o insuspeito depoimento de Wanderley Pinho, ao afirmar que

“foi a classe modesta e pobre que primeiro se alistou no exército. Os homens ricos, os senhores de engenho e seus filhos só mais tarde começaram a entrar para as fileiras” (6).

A liderança, entretanto, estava em mãos dos proprietários agrícolas, fortemente explorados pela máquina monopolista de importadores e exportadores portugueses; e da emergente burguesia urbana nacional, cuja expansão era fortemente condicionada pela organização mercantil lusa dominante.

“Eram comissários de açúcar, dirá Góes Calmon, cujas caixas recebiam, depositando-as nos trapiches; adiantavam as provisões de boca e de vestuário aos senhores de engenho para a família e os escravos, emprestavam-lhes dinheiro a juro alto, ou davam suas firmas, mediante *del-credere*, para sacarem-no na Caixa de Descontos” (7).

No comércio baiano de então, os elementos estrangeiros recém-vindos, ingleses, alemães e franceses, não haviam assumido ainda as proporções que contemporaneamente já tinham no Rio.

Com efeito, segundo Maria Graham, que esteve em Salvador, de 16 de outubro até 9 de dezembro de 1821, ali existiam apenas dezoito casas de comércio inglesas, duas francesas e duas alemãs. E em Cachoeira, principal entreposto entre o interior e a capital, apenas um negociante inglês (8).

(5). — Peixoto (Afrânio), *A Bahia na Independência*, *Idem*, pág. 117.

(6). — Pinho (José Wanderley de Araujo), *Santo Amaro e a Independência*, *Idem*, pág. 15.

(7). — Calmon (Francisco Marques de Góes), *Vida Económico-Financeira da Bahia*, pág. 41, Imprensa Oficial, Salvador, 1925.

(8). — Graham (Maria), *Diário de uma Viagem ao Brasil*, pág. 160, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1956.

Na mesma época já contava a praça do Rio, em 1817, com 52 casas inglesas e 8 francesas. E em 1825 o número de negociantes estrangeiros aqui atuando elevar-se-ia a 74, como se pode verificar do *Almanach* do Rio de Janeiro, para os anos de 1817 e 1825 (9).

A insatisfação dos homens do setor agrícola, com as casas comissárias, intermediadoras da exportação e da importação das mercadorias produzidas e consumidas no país, aumentava na medida em que se tornavam melhor esclarecidos, pelo contato mais livre com o exterior, quer nas transações mercantis, quer na leitura de livros e jornais estrangeiros; e acentuara-se ainda mais com a queda dos preços do açúcar, base da economia regional.

Já o sentira Martius, em princípios de 1819. A propósito diria ele:

“Ouve o estrangeiro, em muitos engenhos, queixas sobre o avultado capital que se emprega no custeio de um engenho de açúcar, e sobre a minguada renda que só dá ao cabo de dois ou três anos. O aumento da produção de açúcar na Guiana Inglesa, nas Pequenas Antilhas e na África, para onde se exportava antigamente o da Bahia, diminue o mercado e baixa o preço do produto daqui. *Por este motivo, muitos senhores de engenho empregaram recentemente os seus capitais disponíveis no comércio esperando mais rápido lucro* (o grifo é nosso). Outros viram-se forçados a diminuir o luxo, com que, de quando em quando, se mostravam na cidade” (10).

A transferência das atividades dos brasileiros, da agricultura para o comércio açucaria, sem dúvida, a competição, e para evita-la tudo fariam os portugueses, que o controlavam. Já vinte anos antes, haviam resistido eles, à criação de um banco de crédito agrícola, em Salvador, determinada em 1799, por D. José de Souza Coutinho, futuro Conde Linhares, como o expusemos em nosso trabalho sobre os *Bancos do Brasil Colonial*, de vez que uma instituição desta natureza libertaria os empresários rurais brasileiros da sujeição em que viviam, com hipotecas onerosas e empenho antecipado das safras. Somente em 1818 começaria a funcionar na Bahia, a Caixa de Descontos, filiada ao primeiro Banco do Brasil, com faculdade emissora, sendo, porém, seus principais acionistas, exatamente, as principais figuras do comércio local.

(9). — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, volumes 270 e 291, págs. 301/304 e 229/230, Imprensa Nacional, 1966 e 1971.

(10). — Martius (C. F. P. von) e J.B. von Spix, *Viagem pelo Brasil*, Edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pág. 305, Imprensa Nacional, Rio, 1938.

Na campanha pois, de carater eminentemente nacional, colaboraram brancos, pretos e índios, livres, escravos e agregados, sob o comando de um limitado número de oficiais de linha, profissionais, mas sobretudo dos graduados egressos das milícias e das ordenanças.

Parte destes delas provinham, de uma já relativamente numerosa população urbana, que, numa cidade onde a vida econômica se cingia ao comércio e serviços correlatos, ou dele derivados, tinha as suas perspectivas ocupacionais fortemente limitadas, em virtude de serem os empregados das casas comerciais recrutados quase com exclusividade entre portugueses imigrados. Com efeito, como bem o afirma Góes Calmon,

“em regra... os negociantes lusos, dobrados de preconceitos, não admitiam como auxiliares e caixeiros senão a seus patrícios”
(11).

Em todos os combates de ruas registrados de 10 de fevereiro de 1821 ao início da revolução, um ano e meio depois, são gerais e repetidas as referências ao choque entre os “caixeiros” lusitanos e populares brasileiros.

Situações idênticas eram registradas, contemporaneamente, no Rio de Janeiro, e ainda perduraram pelo tempo afora em relação à população alienígena, em outros pontos do território nacional.

Por outro lado, dificuldades semelhantes existiam para o acesso aos cargos públicos, de vez que a carreira burocrática continuava em grande parte privilégio do homem da antiga Metrópole.

Um minucioso inventário do elemento humano lançado à batalha revolucionária, evidenciará, provavelmente, esta participação na luta, das camadas menos favorecidas da população, oprimidas por esta carência de oportunidades de trabalho, embora as contradições econômicas que estimularam o movimento de inconformismo com as tentativas de recolonização, se concentrassem mais no choque entre os interesses dos grandes agricultores, quase todos brasileiros, e dos comerciantes lusitanos, estes altamente favorecidos, predominância esta que se consolidaria definitivamente, se as Cortes Constituintes portuguesas conseguissem fazer retroagir a autonomia administrativa e judicial conquistada com a transferência da Corte para o Brasil, com a abertura dos portos e a elevação da antiga Colônia à categoria de Reino.

Por isto mesmo, foi o comércio lusitano da Bahia, como é notório, que sustentou financeiramente as forças patrícias em Salvador, através

(11). — Calmon (Francisco Marques de Gois), *op. cit.*, pág. 37.

de contribuições e empréstimos, chegando até mesmo a custear as despesas com os destacamentos lusos da Cisplatina, mediante a autorização de serem sacadas, em Montevideu, letras de câmbio contra casas comerciais baianas.

Duas outras ameaças à supremacia econômica portuguesa na Bahia, deviam influir certamente para a resistência oposta aos anseios de libertação nacional dos brasileiros, estimulados pelo funcionamento, no Brasil, há mais uma década, do governo central, com as fatais consequências da implantação de uma estrutura administrativa, judicial e financeira que, embora arcaica e emperrada, tinha para nós, de qualquer modo, a suprema vantagem de estar sediada na nossa margem do Mar Atlântico.

Uma delas seria, sem dúvida, a crescente ameaça que constituía a penetração inglesa, francesa, alemã e até norte-americana nas relações mercantis diretas do Brasil com o mundo, abalando o *establishment* luso, que não contava com várias das condições favoráveis dos seus concorrentes estrangeiros.

“O comércio local, esclarece Góes Calmon, sempre bem informado sobre a situação, quando da guerra com que completamos a emancipação política, firmando a unidade nacional, era, na sua quase totalidade, constituído por elementos portugueses. . .”
(12).

E a estes não conviria tal concorrência, a ela oponto-se de longa data, a tal ponto que D. João VI, ao abrir os portos do Brasil às nações amigas, fora compelido a, em manifesto, explicar aos seus conterrâneos as razões que a isto o levaram, procurando justificar o ato com as vantagens aparentes.

Outra, a merecer análise cuidadosa, residiria no fato dos principais centros abastecedores do mercado de escravos situarem-se, em grande parte, nas colônias lusas da África, surgindo, eventualmente, dificuldades, ou novo onus, à manutenção de tráfico negreiro, se efetuada a separação política dos dois reinos de Portugal e Brasil. Aspecto este que teria a contrapartida desfavorável de vir a afetar as nossas próprias atividades agrícolas, e até mesmo a vida nas cidades, onde quase todos os trabalhos manuais eram realizados por escravos próprios ou alugados. Entretanto, como o comércio negreiro estava, em grande parte, em mãos de armadores e traficantes portugueses, deviam estes sentir mais imediatamente o perigo da separação.

(12). — *Idem, ibidem.*

A animosidade entre brasileiros e lusitanos atingiria tais extremos que,

“os receios contra os portugueses e, portanto, contra o comércio ou, antes os que o exerciam... influíu para que fossem deportados os portugueses adeptos da união e que se haviam tornado suspeitos, como inimigos da Independência. Nos primeiros dias da vitória, organizara-se uma lista dos suspeitos e fora resolvida sua deportação” (13).

Contudo, grande parte ainda dos estabelecimentos comerciais e dos bens imobiliários urbanos, em Soterópolis, eram propriedades sua. Logo após a assustada e indesejável emigração para Lisboa, nos 80 navios que daqui saíram com aquele destino, a 1º de julho de 1823, apesar das ameaças latentes, logo começaram os pedidos ao Imperador, de restituição de bens e autorização de regresso, dos quais existe grande cópia no Arquivo Nacional.

Em meados do século, retornara ao comércio baiano, a importante participação portuguesa, que nele permaneceria até a 1ª. Guerra Mundial.

* *
*

Sem pretendermos apresentar como causalidade única da Campanha da Independência na Bahia, as razões econômicas atrás alinhadas, constituíram elas, sem dúvida, fortes motivos para a separação imperativa, inevitável, à base de contradições como estas, por nós apontadas, dignas de análises mais meticolosas e documentadas.

(13). — *Idem, ibidem*, pág. 45.